

FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL FADERGS

CIÊNCIAS DA SAÚDE E BEM ESTAR

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

LAÍS CARRENO NUNES

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

POPULAÇÃO NEGRA E O MERCADO DE TRABALHO

PORTO ALEGRE, JUNHO DE 2023

LAÍS CARRENO NUNES

POPULAÇÃO NEGRA E O MERCADO DE TRABALHO

Trabalho de Conclusão do Curso em Ciências da Saúde apresentado ao curso de Serviço Social da FADERGS como requisito para aprovação na disciplina de TCC.

Orientador(a) Prof(a). Fernanda Xavier
Arena

Porto Alegre, junho de 2023.

RESUMO

O presente artigo de revisão pretende analisar e refletir sobre o processo histórico vivenciado por grande parte da população negra no Brasil, e evidenciar as consequências sofridas por eles no mercado de trabalho, pois até os dias atuais é possível notar a grande desigualdade decorrente do racismo estrutural. Desta forma, articula-se a reflexão acerca do racismo institucional, que está atrelado desde o tempo da escravização destas pessoas, e da colonização branca.

Descritores: Racismo estrutural; racismo institucional; mercado de trabalho; desigualdade; população negra.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	6
2.1. Racismo estrutural e a relação de poder	6
2.2 Desigualdade: Pós-Abolição e o pensamento social racista e excludente e a persistência das desigualdades raciais na sociedade contemporânea	8
2.3. Inserção e precarização no mercado de trabalho: A divisão racial do trabalho é uma categoria fundamental para analisar o racismo estrutural	11
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	12
4.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	14

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata sobre o racismo estrutural e suas consequências, assim como a desigualdade e o mercado de trabalho, na perspectiva da reflexão referente às más condições de vida e de trabalho que são postas para a população negra. As relações de poder evidenciadas pelo capitalismo, que através do modo de trabalho, da venda da mão de obra barata, fortalece a manutenção do processo de exclusão destas pessoas, que em sua maioria trabalham na informalidade, com condições precárias e indignas.

O emergente mercado de trabalho assalariado no Brasil não absorveu a população liberta do cativeiro da escravidão, que era a base econômica do sistema escravista enquanto trabalhadores-mercadorias. A população negra foi inserida “[...] no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas”, ou seja, foi inserida predominantemente na informalidade (THEODORO, 2008, p. 25).

De acordo com Carneiro (2011), o trabalho é uma condição necessária para a reprodução social, um direito de reprodução da vida, e a sua exclusão é a primeira negação da cidadania. Na lógica competitiva do mercado de trabalho assalariado brasileiro, a divisão racial do trabalho assumiu um importante papel: delimitar a absorção ou não da população negra nos postos de trabalho formais e assalariados, assim como garantiu as condições materiais para justificar a inserção da população negra em postos de trabalho precarizados e subalternizados e no desemprego.

Essas questões estão sendo levantadas para que se faça uma análise crítica acerca do que é vivenciado por essa parcela da sociedade, pois o racismo estrutural ele é presente nos dias atuais, seja pelas relações de poder, as condições de trabalho, a desigualdade social, o racismo institucional, o racismo ambiental. E isso tudo que foi citado acima é evidenciado nas expressões da questão social, quando nos dados apresentados, a maioria das pessoas que vivem essas expressões, são negras. Por isso, necessário problematizar as condições de trabalho, a desigualdade e o racismo no Brasil, a fim de evidenciar a realidade vivenciada pela população negra, com intuito de contribuir com a discussão e reflexão crítica para que se possa romper com o racismo estrutural, e que possa servir de fomento na formulação de políticas públicas. E identificar como a dimensão do racismo estrutural influencia na precariedade do mercado de trabalho da população negra; Constatar como se dá a inserção da população

negra no mercado de trabalho; e examinar os dados acerca da desigualdade social enfrentada por grande parcela das pessoas negras.

Tendo em vista o tema escolhido que visa analisarmos o processo histórico, e o contexto atual das condições de trabalho, desigualdade e racismo estrutural, a pesquisa é qualitativa.

A pesquisa qualitativa de tipo histórico-estrutural, dialética parte também da descrição que intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência. Busca, porém, as causas da existência dele procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as consequências que terão para a vida humana (TRIVIÑOS, 1987, p. 129).

A presente pesquisa utiliza da pesquisa bibliográfica conforme Gil:

[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. [...] A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2007 p. 44-45).

O método escolhido é o materialismo histórico dialético de Marx e visa, de acordo com Marx (1968), “A investigação tem de apodera-se da matéria em seus pormenores, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e perquirir a conexão que há entre elas”.

As diferentes fontes de pesquisa contribuirão para uma melhor análise histórica, para poder refletir sobre o racismo estrutural e a desigualdade que a população negra ainda continua vivenciando até os dias atuais.

E para fomentar a discussão e a reflexão, o trabalho faz a divisão de três subtópicos, sendo eles: Racismo estrutural e a relação de poder; Desigualdade: Pós-Abolição e o pensamento social racista e excludente e a persistência das desigualdades raciais na sociedade contemporânea; Inserção e precarização no mercado de trabalho: A divisão racial do trabalho é uma categoria fundamental para analisar o racismo estrutural no mercado de trabalho assalariado.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Racismo estrutural e a relação de poder

Com base no processo histórico do Brasil, é significativo fazer um levantamento de fatos que aconteceram no passado, mas que seguem refletindo no presente de forma estruturada e estruturante. Assim como o a escravização da população negra, que foi escravizada por colonizadores europeus não negros, que por de trás de tamanha desumanização dessas pessoas, e atrocidades, o lucro e poder vigoravam.

O Brasil foi formado a partir da linguagem da escravidão, que é, por princípio, um sistema desigual no qual alguns poucos monopolizam renda e poder, enquanto a imensa maioria não tem direito à remuneração, à liberdade do ir e vir e à educação. A paisagem colonial foi tomada por grandes latifúndios monocultores, onde os senhores de terra tinham domínio absoluto e concentravam a renda. A corrupção e o enraizamento de práticas patrimonialistas também não auxiliaram a prover o país de uma realidade mais inclusiva. Ao contrário, notabilizaram-se por dispor interesses privados acima dos públicos, privando os setores mais vulneráveis de nossa sociedade de benefícios que o setor público deveria proporcionar com maior equanimidade. (SCHWARCZ, 2019, p. 102).

O racismo estrutural está na base da construção das relações de exploração, pois o mercado que dava mais dinheiro (e continua lucrando) é o tráfico de pessoas, tinha muita gente que lucrava com os navios negreiros, que lucravam na venda dessas pessoas. É importante ressaltar que os negros foram tirados a força da África, sem o poder de escolha, no início do século XVI, no ano de 1535. Vendidos para senhores donos de terras, latifundiários, e eram obrigados a “trabalhar” para poder manter sua sobrevivência. Os negros e negras escravizados tinham que fazer coisas que perpassa por condições humanas mínimas, pois muitas vezes não ganhavam nem comida após dias de exploração. As mulheres muitas vezes eram compradas para fazer o trabalho doméstico, cuidar dos filhos das mulheres não negras, e também eram abusadas sexualmente, porque eram vistas como objetos de prazer dos homens (já que tinham sido compradas por eles).

No caso das mulheres, o destino não era muito diferente. Submetidas à força à alcova do senhor escravista, elas experimentaram, no corpo, a violência do sistema. Davam de mamar aos pequenos senhores e senhoras, sendo muitas vezes obrigadas a abandonar seus próprios filhos na “roda dos expostos” ou “dos enjeitados” — um mecanismo empregado para abrir mão (“expor” ou “enjeitar” na linguagem da época) de recém-nascidos que ficavam aos cuidados de instituições de caridade; sujeitavam-se a regimes árduos de

trabalho, acumulando funções domésticas. Data também desse período a perversa representação da “mulata” como uma mulher mais “propensa” à sexualidade e à lascívia (SCHWARCZ, 2019, p. 23).

A interseccionalidade presente nos dias atuais evidencia as marcas do passado, pois uma mulher, negra e pobre, ainda sofre mais desigualdade em relação ao mercado de trabalho, por exemplo, do que um homem negro, mas isso sem falar da tamanha desigualdade entre as pessoas não brancas, pois na pirâmide social é imensurável a desigualdade vivenciada por pessoas negras. Isso só mostra o quanto o racismo é estrutural e institucional.

O racismo foi abrindo caminhos para o abismo social entre negros e não negros na sociedade brasileira. Por esse motivo, buscamos explicitar não ser esse um problema que se limita ao âmbito interpessoal, comportamental, sendo uma questão estruturante das relações sociais, que em sua intersecção com o gênero e a classe demarca lugares sociais. Daí a importância de observar as singularidades históricas, sob o risco de afastar o debate ideológico do combate ao racismo de questões ligadas a transformações societárias. (GOMES, 2018).

Entende-se que o racismo não se restringe a comportamentos individuais, estando presente no próprio funcionamento das instituições, com a aplicação de privilégios e desvantagens com base na distinção de raça. Para os teóricos do racismo institucional, os conflitos e as desigualdades raciais são elementos inerentes ao funcionamento das instituições. Esta concepção atribui centralidade ao poder, enfatizando que o racismo é, essencialmente, uma forma de dominação (ALMEIDA, 2018).

Para Nogueira (2017), o racismo só pode ser compreendido como relação de poder, estruturado por dentro das instituições sociais, e sua superação não se faz sem a reforma destas. Racismo é uma relação que se estrutura política e economicamente. Desse modo, a raça ganha centralidade como variável presente na produção e reprodução das desigualdades sociais e nos processos de exclusão social da população negra no Brasil. No dizer de Hasenbalg (1979), está presente na estrutura de classe e no sistema de estratificação social, daí a importância de uma análise crítica versar sobre as relações raciais no pós-abolição e a permanência do racismo estrutural.

2.2 Desigualdade: Pós-Abolição e o pensamento social racista e excludente e a persistência das desigualdades raciais na sociedade contemporânea.

Uma questão que é muito latente na sociedade brasileira é a desigualdade, que atinge majoritariamente a população negra, que vivencia a exclusão social nos seus diversos modos, como por exemplo, na escolaridade que essas pessoas conseguem desenvolver, pois muitas vezes não possuem a possibilidade de estudar, não têm acesso a escola, porque precisam trabalhar para manter sua subsistência, tendo assim, seus direitos negados. Já mencionamos, mas é bom lembrar, que o Brasil foi formado a partir da linguagem da escravidão, que é, por princípio, um sistema desigual no qual alguns poucos monopolizam renda e poder, enquanto a imensa maioria não tem direito à remuneração, à liberdade de ir e vir e à educação. A paisagem colonial foi tomada por grandes latifúndios monocultores, onde os senhores de terra tinham domínio absoluto e concentravam a renda. A corrupção e o enraizamento de práticas patrimonialistas também não auxiliaram a prover o país de uma realidade mais inclusiva. Ao contrário, notabilizaram-se por dispor interesses privados acima dos públicos, privando os setores mais vulneráveis de nossa sociedade de benefícios que o setor público deveria proporcionar com maior equanimidade. (SCHWARCZ, 2019, p. 102).

No que concerne à educação, é interessante notar que, ao longo da história, foi e é pauta importante nas reivindicações da população negra. Andrews (2015, p. 156) afirma que "a educação é universalmente reconhecida como uma área fundamental para a justiça social e como um dos mais poderosos determinantes de desigualdades e hierarquia social". Um dos indicadores selecionados é a taxa de analfabetismo, que vem caindo de maneira importante no Brasil nas últimas décadas, mas que ainda não atingiu os patamares ideais e, nesse caso, apresenta um diferencial racial importante: em 2015, entre as mulheres com quinze anos ou mais de idade brancas, somente 4,9% eram analfabetas; no caso das negras, este número era o dobro, 10,2%. Entre os homens, a distância é semelhante (IPEA, 2017, p. 2).

Importante ressaltar também, o processo de uma política higienista, que retira dos centros urbanos as pessoas em situação de rua, as pessoas negras e pobres, vistas como indesejáveis, que sujam a cidade, e são marginais na ideologia do sistema capitalista como um todo. Isso obriga as pessoas a procurar abrigo e moradia nos lugares mais distante do centro da cidade. E para exemplificar essa política higienista, um caso vivo deste processo, foi à constituição do bairro Restinga, que através deste processo de remoção do centro urbano, as pessoas foram obrigadas a se deslocarem para

um lugar mais afastado, vivendo em condições desumanas e insalubres, com seus direitos violados, sem acesso a nenhum tipo de política de educação, assistência social e saúde. Nos primórdios da construção do bairro, não havia luz, água encanada, o lugar era apenas um matagal, literalmente jogas as margens, um grande quilombo. E é assim que a desigualdade fica mais evidente e palpável, pois até os dias atuais é possível observar a exclusão social que essa parcela da sociedade vive, porque para acessar o centro da cidade de Porto Alegre é necessário pegar um ônibus que demora uma hora e quinze minutos para chegar, dificultando o acesso aos serviços, mercado de trabalho, educação continuada, entre outras coisas.

Campos e Rodrigues (2020) esclarecem que o higienismo surge como ideologia médica sanitária no século XIX, no contexto de urbanização das cidades e necessidade de manutenção das condições de saúde. No entanto, essa preocupação com a higiene começa a passar para o trato com a pobreza, associando-a no imaginário social com sujeira, algo a ser limpo ou descartado. Em suas palavras:

Um dos objetivos das políticas sanitaristas era o controle da população e dos espaços públicos, a docilização dos corpos e das doenças como agulhão da governamentalidade—a construção da etiqueta urbana e da civilidade. Também havia a intenção de impor à população novos hábitos e atitudes, condizentes com as descobertas recentes da biologia e da medicina, que não deixam de ser instrumentos de controle social. Durante a gripe espanhola, o espaço médico passou a coincidir com o espaço social urbano, atravessá-lo inteiramente (Campos, Rodrigues, 2020).

A população negra é exposta aos mais diversos ricos sociais e ambientais, e esses ricos advêm da desigualdade, do racismo estrutural/institucional, que causam a exclusão social deste grupo. Porém para amenizar a desigualdade, o Governo criou alguns benefícios de transferência de renda, de aluguel, cotas raciais, mas é insuficiente e não comporta de atingir todo o público que necessita destes benefícios.

E além dos benefícios não serem suficientes o mercado de trabalho para a população negra é precarizados, pois segue em vigor com o racismo, onde disponibilizam subempregos, com condições precárias de trabalho, com salários ruins e menores do que os salários das pessoas não negras. Isto tratando do quesito mercado de trabalho, porque quando se trata de desemprego da população negra os dados são alarmantes, sendo esses casos expressões da questão social.

Em cenário de desemprego, trabalho precarizado como expressão da questão social no capitalismo contemporâneo, é exigido nível de escolaridade mais elevado. Porém, por motivos coloniais, a população negra tem encontrado dificuldade em ampliar seu nível de escolaridade, e, quando assim o faz, não tem se traduzido em melhor qualificação no mercado de trabalho (GOMES, 2018).

No entanto fica evidente que a desigualdade abrange para toda vida desses indivíduos, desde antes de seus nascimentos.

2.3. Inserção e precarização no mercado de trabalho: A divisão racial do trabalho é uma categoria fundamental para analisar o racismo estrutural

Como exposto acima, é possível observar e perceber que a questão do racismo estrutural permanece na nossa sociedade até os dias atuais, porém muitas vezes mascarado, e não tão explícito. Por exemplo, o racismo institucional, que acontece no momento em que a instituição não possui pessoas negras em cargos de chefias, ou então a empresa não tem o mesmo número de pessoas negras e não negras contratadas, os são salários desiguais, assim como o salário de um homem branco ser maior do que de uma mulher branca, homem negro e mulher negra.

Mesmo cem anos após a abolição no Brasil, a população negra continuou nos piores estratos da vida social, devido a múltiplos mecanismos promovidos pela classe dominante racista. Em sua análise da dinâmica de barganha do racismo brasileiro, o autor afirma que esta é invisível e ativa, que se perpetua e se renova por meio de inúmeros mecanismos reguladores e repressivos (MOURA, 1988, p. 44-46).

Atualmente, com 55% de sua população composta de pardos e negros, o Brasil pode ser considerado o segundo maior país de população originária da África, só perdendo o pódio para a Nigéria. E, se de um lado essa mescla gerou uma sociedade definida por ritmos, artes, aromas, culinárias, esportes misturados, de outro produziu uma nação que naturaliza a desigualdade racial, na figura das empregadas domésticas, dos trabalhadores manuais, da ausência de negros nos ambientes corporativos e empresariais, nos teatros, nas salas de concerto, nos clubes e nas áreas sociais. O racismo estrutural, através do processo de higienização ocorrido nas grandes cidades, resultou em colocar as pessoas negras à margem da sociedade, e a eles couberam ocupar os morros das cidades, que viriam a se tornar as atuais periferias e a exercer os poucos postos de trabalho que não lhes foram proibidos. (JACINO, 2012, p. 173)

As condições precárias de trabalho é algo que se torna “normal”, pois trabalham para manter suas subsistências, aceitando qualquer trabalho para poder garantir o pão de cada dia. O capitalismo é a forma vigente para manter a exclusão da população negra, onde grande parcela destes trabalha na informalidade.

Como bem aponta Martins (2012, p. 456), "numa conjuntura em que o processo de constituição capitalista se efetivava, o trabalho assalariado se coloca numa direção essencialmente excludente, de valorização do trabalhador branco (o imigrante europeu) como

símbolo da redefinição social e cultural do trabalho no país". O que está posto nesse processo é a lógica da discriminação racial como determinante do modo de produção baseado no trabalho livre, que bloqueava a inserção da população negra.

Estas distintas análises sobre o racismo nos mostram não apenas como processos de opressão e dominação caminham juntos (como, por exemplo, a divisão racial do trabalho no Brasil), mas principalmente como as formas de opressão não são efeitos secundários, pelo contrário, são inerentes à sociedade capitalista de forma a lhe estruturar. De diferentes formas e por diferentes meios, o capitalismo como relação social produz o racismo. No caso da sociedade brasileira, conter a população negra é elemento integrante dessa formação social, cuja marca fundamental é a violência. (MARTINS, 2012, p.450-467).

No entanto, o Brasil vive o processo da pós-abolição, mas ainda está longe de ter práticas efetivas de trabalho livre e não racista, que mostrem ao contrário do que foi vivido no passado, pois nos dias atuais vemos notícias de pessoas que ainda trabalham de formas análogas à escravidão, o dia treze de maio serviu para abolir a escravidão, mas não mudou a ideologia dos brancos racistas. Na verdade, a abolição foi mais uma maneira de dominação dos brancos para continuar mostrando que o “poder” está em suas mãos, e não pensado em realmente dar melhores condições de vida e de trabalho para a população negra.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da produção científica existente sobre os fatores discutidos neste trabalho, fez com que fosse possível aprofundar e evidenciar as questões relacionadas ao racismo estrutural e as condições do mercado de trabalho das pessoas negras no passado e na atualidade. Possibilitando a fomentação das reflexões e críticas sobre as desigualdades enfrentadas por esse grupo de pessoas.

O estudo fez com que toda a ideia que os não negros têm sobre o racismo estrutural fosse afirmada e concretizada através dos escritos da história do passado e também do presente, pois as pessoas que não sentem e passam na pele o que é o racismo e a desigualdade, enfrentada dia após dia, é difícil conseguir ter tamanha dimensão desta realidade. A escrita e o estudo realizado mostram que o racismo estrutural ainda é escrachado na sociedade, ocasionando toda a desigualdade social vivência pela população negra.

Que essa produção sirva de fomento e reflexão para fomentar a criação de mais políticas públicas relacionadas e direcionadas para essas pessoas, desde vagas exclusivas para pessoas negras, seja em escola, faculdade, mercado de trabalho, porque estes espaços têm que

ser ocupados por esse público. Pois os não negros têm uma dívida gigante com a população negra, que necessita de equidade para conseguir minimamente ter uma parcela do que os não negros sequestraram de suas histórias, roubando suas vidas e cultura, tendo os negros que se reinventar para conseguir entrar na corrida e disputar por melhores condições de vida, tendo em vista de que linha de partida desta corrida é muito desigual, pois falamos de meritocracia, de privilégios, que os não negros têm desde quando escravizavam as pessoas negras. Sendo assim, têm que sim ter cotas, vagas de empregos exclusivas, dentro outras políticas públicas para a população negra, para que se coloquem enquanto pessoas de direito e sejam tratadas sem discriminação e preconceito.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Instituto de Pesquisa Aplicada**. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28#:~:text=No%20entanto%2C%20ap%C3%B3s%20a%20assinatura,at%C3%A9%20os%20dias%20de%20hoje>. Acesso em: 17, abril de 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, DAIANE. **Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo**. Scielo, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.154>>. Acesso em: 15, abril de 2023.

IPEA, **História- o destino dos negros após a abolição**. Disponível

em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28#:~:text=No%20entanto%2C%20ap%C3%B3s%20a%20assinatura,at%C3%A9%20os%20dias%20de%20hoje>. Acesso em: 14, maio de 2023.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. **O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 111, p. 450-467, set. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10, maio 2023.

MOURA, Clóvis. **Estratégia do imobilismo social contra o negro no mercado de trabalho**. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 44-46, abr./jun. 1988a. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v02n02/v02n02_08.pdf. Acesso em: 25, abril 2023.

OLIVEIRA, BRUNA LUIZA. **O HIGIENISMO RACIAL NAS RUAS DE BELO HORIZONTE**. Disponível

em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/virtuajus/article/view/28677/20048>>. Acesso em: 20, abril de 2023.

THEODORO, M. **A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil.** In: THEODORO, M. (org.) **As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil 120 anos após a abolição.** Brasília: IPEA, 2008. p. 15-43.

SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** Companhia das letras. Disponível em: < https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330165/Sobre_o_autoritarismo_brasileiro.pdf >. Acesso em: 15, maio de 2023.